

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

ALEXANDRE NEVES DA SILVA JÚNIOR

Entre o Direito e a Política: a trajetória do ministro Nelson Jobim

Rio de Janeiro, junho de 2015.

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

ALEXANDRE NEVES DA SILVA JÚNIOR

Entre o Direito e a Política: a trajetória do ministro Nelson Jobim

Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação do professor **Fernando de Castro Fontainha**, apresentado à FGV Direito Rio como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Rio de Janeiro, junho de 2015.

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca da FGV

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Título do trabalho: Entre o Direito e a Política: a trajetória do ministro Nelson Jobim

Elaborado por: Alexandre Neves da Silva Júnior

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à FGV DIREITO RIO
como requisito parcial para obtenção do
grau de bacharel em Direito.

Comissão Examinadora:

Nome do orientador: Fernando de Castro Fontainha.

Nome do Examinador 1: Nelson de Azevedo Jobim.

Nome do Examinador 2: Leonardo Seiichi Sasada Sato.

Nome do Examinador 3: Pedro Jimenez Cantisano.

Assinaturas:

Fernando de Castro Fontainha

Nelson de Azevedo Jobim

Leonardo Seiichi Sasada Sato

Pedro Jimenez Cantisano

Nota Final: _____

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2015.

Aos meus irmãos, Gabriel e Nathalia, por tudo aquilo que souberam representar ao irmão mais novo, que sempre os terá como referência. Aos meus pais, Alexandre e Beatriz, que mais que exemplos de pai e mãe, são exemplos de filhos. Aos meus avós Lucy, Zélia, Machado e Cunha por toda dedicação, amor e força que empenharam para estruturar nossa família inteira e despertar admiração por onde passam, mas, em especial, à memória de meu avô Cunha, que não poderá receber essa dedicatória, mas, certo que sabe que carrego com orgulho seu sangue, seu nome, sua força e sua alegria.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao meu orientador Fernando Fontainha, pela confiança e paciência que teve durante desse longo caminho de orientação, iniciado no segundo ano da graduação. Agradeço não só por este trabalho, mas por toda a minha formação acadêmica.

A toda equipe da pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”, sem a competência e empenho deles, este trabalho não seria possível. Principalmente aos assistentes de pesquisa da equipe da FGV Direito Rio, Carlos Victor Santos, Fabio Almeida, Izabel Nuñez e Leonardo Sato, por todos os debates de altíssimo nível e, especialmente, por despertarem em mim o desejo de segui-los na carreira acadêmica.

A todos os professores da FGV Direito Rio, por toda dedicação que tiveram e pela referência que são naquilo que desempenham. Em especial, aos professores que marcaram minha graduação, Gustavo Schimdt, Luiz Roberto Ayoub, Carlos Roberto Jatahy e Carlos Ragazzo, seja pelas relações pessoais, profissionais ou acadêmicas que estabelecemos ao longo desses anos.

Aos funcionários da FGV Direito Rio por propiciarem um ambiente acadêmico extremamente fértil para a realização desta pesquisa, principalmente à Marília Araújo, Luciana Cordeiro, Cristina Nacif, Rodrigo Costa, André Mendes.

Por fim, a todos os amigos que me acompanharam desde o início da graduação e se dispuseram a ouvir as ideias desse trabalho, dando suas opiniões sinceras, ainda que duras. Agradeço a Maria Eduarda Concesi, Gabriel Gomes, João Crespo, Francesco Scuotto, Juliana Antoniol, Marcia Goldman, Maria Eduarda Granito, Jéssica Martins, Gabriela Nassar, Thiago Filippo e Luciana Frattini, todas suas opiniões foram de grande valia para este trabalho.

Resumo:

Este trabalho se reivindica como um subproduto do projeto de pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”, realizado através de uma parceria entre a FGV Direito Rio, FGV Direito SP e CPDOC. Durante minha participação no projeto, diversos temas despertaram interesse, em especial a relação entre o Direito e a Política. A partir desse tema, optamos por realizar um estudo de caso que nos permitisse observar a relação entre as elites jurídicas e políticas. Para isso, escolhemos a entrevista do Ministro Nelson Jobim, concedida ao projeto de pesquisa. O que observamos foi mais do que seu trânsito por essas elites: há uma verdadeira confusão entre as práticas jurídicas e políticas que são narradas. Práticas jurídicas foram utilizadas no espaço político, práticas políticas, no espaço jurídico. Sendo assim, nossos objetivos foram identificar esses momentos na entrevista e concluir de que forma eles explicam o posicionamento de Jobim nessas elites. Assim, concluímos que o seu posicionamento em cada uma das elites, não é explicado somente pelas práticas daquele campo. O capital jurídico não é suficiente para explicar sua posição na elite jurídica, tal como seu capital político não é suficiente para explicar sua posição na elite política, somente o conjunto desses capitais é.

Palavras-chave: história oral. STF. estudo de caso. Direito e Política. elites jurídicas. elites políticas. práticas jurídicas. práticas políticas. juristas políticos.

Abstract:

This paper aims to be positioned as a result of the research project “História Oral do Supremo [1988-2013]”, conducted by a partnership between FGV Direito Rio, FGV Direito SP and CPDOC. During my participation in the project, many research themes appealed to me, specially the relation between Law and Politics. In this research theme, we chose to realize a case study that would allow us to observe the relation between the lawyers elites and politicians elites. To achieve this, we chose the interview of the justice Nelson Jobim to the research project mentioned. We observed more than a circulation of Jobim between both elites, there is a confusion between the lawyers practices and the politicians practices that he told in the interview. Lawyers practices were used in the politics space and politicians practices were used in the law space. Therefore, our aim was to identify these moments in the interview and conclude how they can explain the position of Jobim in both elites. We conclude that his position in each of these elites, cannot be explained solely by the practices of each space. The lawyer capital is not enough to explain his position in the lawyers elites and his politician capital is not enough to explain his position in the politicians elites, only the amount of them is.

Keywords: oral history. STF. case study. Law and Politics. lawyers elite. politicians elites. lawyers practices. politicians practices. politician lawyers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:.....	5
PARTE I:	6
Capítulo 1. A construção do objeto de pesquisa:.....	6
Capítulo 2. A história oral e o estudo de caso:	9
Capítulo 3. O referencial teórico e a revisão de literatura:	11
PARTE II:	17
Capítulo 4. A família de advogados e políticos: a importância das origens e da socialização primária	18
Capítulo 5. De advogado para político: a importância política do capital “político-associativo”	21
Capítulo 6. O jurista no político: as práticas jurídicas na Assembleia Nacional Constituinte e no Congresso Nacional	22
Capítulo 7. O Ministério da Justiça: as relações institucionais (em particular com o STF).....	25
Capítulo 8. O político no jurista: as práticas políticas no STF	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	38

Christiane Jalles – Ministro, gostaria muito de agradecer o aceite ao nosso convite. Para começar, que o senhor nos falasse seu nome completo, quando o senhor nasceu, quem são seus pais. Um pouco da sua origem.

Nelson Jobim – Está bom. Nelson Azevedo Jobim. Santa Maria, Rio Grande do Sul. 12 de abril de 1946. Áries. [Risos] Áries, ascendente Áries (JOBIM, 2012a: 1).

Introdução:

A epígrafe deste trabalho não tem a intenção de atrair aqueles curiosos por astrologia- não que não sejam leitores bem-vindos! Nossa proposta ao começar dessa forma é apresentar o personagem desse trabalho e deixar claro, desde logo, o que o leitor irá encontrar: um estudo da trajetória de Nelson Jobim. Mais do que isso, o que propomos é um estudo de caso que tem como fonte a entrevista de Nelson Jobim ao projeto de pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”, realizado através de uma parceria entre a FGV Direito Rio, FGV Direito SP e CPDOC.

As entrevistas foram realizadas em três sessões que totalizam por volta de 10 horas de gravação audiovisual, 180 páginas de transcrição, divididas em três documentos (JOBIM, 2012a, 2012b, 2012c). Seria injusto com o leitor o obrigar a lê-la integralmente para os nossos objetivos. De qualquer forma, a íntegra da entrevista do ministro Nelson Jobim, e de todos os outros entrevistados durante o projeto, estará, em breve, disponível para consulta no site do projeto de pesquisa¹. Assim, nas próximas páginas o leitor irá encontrar um esforço de sistematização dos trechos que julgamos pertinentes para os nossos objetivos, de modo que se perdesse o mínimo possível da coerência estrutural da entrevista.

Mas, antes disso, na Parte I, tratamos de questões introdutórias à análise das entrevistas, tais como: a delimitação do objeto de pesquisa, a justificativa, os problemas de pesquisa, hipóteses e objetivos- no “Capítulo 1. A construção do objeto de pesquisa”; questões relacionadas à metodologia utilizada- no “Capítulo 2. A história oral e o estudo de caso”; e a apresentação de um debate teórico- no “Capítulo 3. O referencial teórico e a revisão de literatura”. Já na Parte II, é onde o leitor irá encontrar os trechos que destacamos da entrevista e nossa análise. Dividimos essa parte de acordo com a relação da narrativa a algum momento da trajetória de Jobim, na seguinte sequência: “Capítulo 4. A família de advogados e políticos: a importância das origens e da socialização primária”; “Capítulo 5. Do advogado para o político: a importância política do capital ‘político-associativo’”; “Capítulo 6. O jurista

¹ <http://historiaoraldosupremo.fgv.br/>

no político: as práticas jurídicas no Congresso Nacional e na Assembleia Nacional Constituinte”; “Capítulo 7. O Ministério da Justiça: as relações institucionais (em particular, com o STF)” e “Capítulo 8. O político no jurista: as práticas políticas no STF.”

PARTE I:

Capítulo 1. A construção do objeto de pesquisa:

A construção do objeto deste artigo se confunde com a própria justificativa. O passo inicial foi minha participação, como bolsista de iniciação científica da FGV Direito Rio, no projeto de pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”. Esta pesquisa foi realizada através de uma parceria entre a FGV Direito Rio, FGV Direito SP e CPDOC, e pretendeu reconstruir e reinterpretar a história recente do STF por meio de entrevistas com os ministros que a integraram nestes últimos 25 anos, permitindo a construção de uma narrativa social e política da instituição com recurso ao método-fonte-técnica da História Oral (FERRAZ DE ALMEIDA; DA SILVA JÚNIOR, 2013: 1). O objetivo deste projeto de pesquisa é a construção de uma biografia institucional do STF, sendo certo que esta se consubstancia numa espécie de biografia coletiva daqueles que o integraram e integram nesse período, por meio de uma história oral temática (JOBIM; FONTAINHA, 2015: 9).

Dentre os diversos temas que a pesquisa abordou, o tema escolhido para este artigo foi a relação entre o Direito e a Política. Este tema foi bastante explorado durante toda a pesquisa, em virtude de toda a importância política que envolve o STF. O tema possui diversos desdobramentos extremamente férteis e bem explorados pela academia, como a judicialização da política, que tem como principal autor Werneck Vianna *et al* (1999), a indicação presidencial dos ministros, como feita por Prado e Turner (2010), Arguelhes e Ribeiro (2011; 2014), Santos e Da Ros (2008) e Da Ros (2012), dentre diversos outros desdobramentos.

Entretanto, o objeto que escolhemos ainda é pouco explorado pela academia, consistindo outra motivação para a elaboração dessa pesquisa. O que pretendemos é realizar um estudo da relação entre as elites políticas e jurídicas. Poucos autores investigaram o objeto da forma que pretendemos. Aqueles que mais se aproximam e serão importantes para os nossos objetivos são: Engelman (2011), que busca comprovar a ambivalência do campo jurídico, em virtude da importância do capital político na hierarquia das elites jurídicas; Mattos (2011) tem como objeto de estudo a relação entre a sociedade civil e o Estado, através

da atuação da OAB, entre os anos de 1945 e 1964; Almeida (2010) procura comprovar a existência de um subcampo do campo jurídico, o campo político da justiça e Koerner (1998), que analisa as relações entre Judiciário, sociedade e sistema político, na constituição da república brasileira, e tem como argumento que a organização judiciária é fruto dos processos de mudança social e política.

Apesar de parecer descolado dos temas clássicos do Direito, um estudo sobre essas elites pode fornecer dados interessantíssimos. Isto porque as leis, as decisões judiciais, a própria constituição federal, são elaboradas por indivíduos inseridos dentro de um contexto social que é fruto da relação entre essas duas elites. Muitas vezes esse contexto nos dirá mais do que o próprio documento escrito. Nesse sentido, entender o contexto do espaço jurídico depende da compreensão da relação entre essas duas elites, ainda mais quando se trata dos órgãos de cúpula do Judiciário. Para compreender o STF, por exemplo, “as respostas devem ser procuradas na interação do STF com a política e, mais concretamente, com os políticos” (ARGUELHES, 2012: 7).

É igualmente importante para a sociedade compreender as disputas entre as elites. Como aponta José Murilo de Carvalho, estudar as elites significa entender as dinâmicas sociais e isto pode ser colocado sob duas óticas: posição, uma vez que as elites ocupam os *locus* formais de poder, e decisão, já que são responsáveis pelo exercício real do poder (2007: 25 *apud* ALMEIDA, 2014: 87).

A construção do objeto até aqui já nos impõe um obstáculo prático: seria pretensioso analisar, neste artigo, as entrevistas de todos os ministros para extrair conclusões sobre o objeto. Por isso, optamos por realizar um estudo de caso. Além disso, o recurso a esse método se justifica pela intenção de estudar de forma fina um fenômeno social complexo, no qual se pretende preservar características holísticas e significantes dos eventos da vida real (YIN, 2001: 21).

Assim, o próximo passo deve ser a justificativa da escolha dentre os entrevistados, qual tem potencial de fornecer dados mais ricos para o objeto proposto. A escolha pelo ministro Nelson Jobim pode ser justificada por uma breve descrição de suas origens e dos cargos ocupados por ele. De origens familiares de bacharéis em Direito e políticos, também bacharel em Direito pela UFRGS, Jobim foi presidente de Sub-Seção da OAB (de Santa Maria), em 1978, e vice-presidente da Seção do Rio Grande do Sul. Em 1986, foi eleito Deputado Federal Constituinte pelo Rio Grande do Sul, tendo sido líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, e, então, Deputado Federal pelo mesmo Estado, em 1991. Com o fim do seu segundo mandato parlamentar, em 1995, foi indicado para o cargo de Ministro da Justiça, por

Fernando Henrique Cardoso. Em 1997, foi indicado para Ministro do STF, também por Fernando Henrique Cardoso. No exercício desse cargo, presidiu o próprio STF, além de atuar e presidir o TSE e CNJ, órgão pelo qual atuou ativamente para criar. Em 2004, foi tido com um dos articuladores da Reforma do Judiciário, consubstanciada na Emenda Constitucional nº 45/2004. Aposentou-se voluntariamente do STF em 2006 e foi nomeado para Ministro da Defesa em 2007, pelo, então Presidente Luis Inácio Lula da Silva (SATO; FRATTINI, 2012).

Apesar da descrição acima parecer guiar a pesquisa para a direção de uma análise institucionalista do objeto, nossa intenção ao fazê-la foi apenas de apontar que Jobim ocupou cargos tradicionais, tanto da elite política, quanto da elite jurídica. Isso nos leva a concluir que ele ostenta componentes biográficos que permitiram ocupar cargos de destaque de ambos os campos. Nesse sentido, observamos que Jobim aparece em estudos sobre elites políticas, como em Grill - “[p]odem ser citados como pertencentes a estes perfis de famílias de políticos os seguintes protagonistas da vida política gaúcha das últimas décadas: [...] Nelson Jobim (PMDB)” (2004: 174), e também em estudos sobre elites jurídicas, como em Almeida:

[n]o interior do campo político da justiça, há exemplos atuais de reprodução de famílias jurídicas ao nível das elites da administração da justiça estatal. Vejamos, por exemplo, os casos da [...] própria família Jobim, do ex-ministro da Justiça e do STF Nelson Jobim, com atuação relevante na advocacia e na magistratura gaúchas (2010: 230).

Além disso, Almeida propõe uma tipologia, que será de extrema importância para este trabalho e será detalhada mais a frente, em que Jobim é um dos exemplos do que ele denomina de político-juristas. Segundo o autor, este tipo-ideal se caracteriza por uma carreira de relevo no Direito, mas que, a partir de determinado momento, passaram a se dedicar predominantemente na política (2010: 186). Por isso, a escolha por Nelson Jobim se torna quase que obrigatória para os objetivos do nosso trabalho.

Antes de darmos o próximo passo, é importante retomar de que forma o objeto foi delimitado. Resumidamente, podemos afirmar que o objeto deste trabalho é um estudo da relação entre as elites jurídicas e políticas, por meio de um estudo de caso que tem como fonte a entrevista do Ministro Nelson Jobim, concedida à pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”.

O que já tivemos a oportunidade de apontar até aqui é a interseção entre o Direito e a Política durante a trajetória de Nelson Jobim, através da descrição dos cargos por ele ocupados. Contudo, a interseção não para por aí. Conforme será debatido mais a frente, as práticas de jurista se confundem com cargos políticos e vice-versa, de modo que, chega ao ponto de ser difícil a identificação de um padrão de conduta típica de um jurista ou de um

político. O problema de pesquisa que se põe, então, é: na narrativa de Jobim, quais são os momentos em que as práticas do Direito se confundem com o campo da política, e vice-versa, e o que isso nos permite concluir sobre o posicionamento e circulação de Nelson Jobim entre as elites jurídicas e políticas.

Nossa hipótese é que, de acordo com a narrativa de Jobim, o uso de práticas jurídicas no campo político e o uso de práticas políticas no campo jurídico são capazes de justificar sua posição de prestígio entre essas elites. Assim, nossos objetivos são justamente encontrar em esses momentos na entrevista e concluir de que forma eles são determinantes em sua trajetória. Esperasse que a análise da narrativa de Jobim sobre sua performance nestes espaços de fungibilidade entre Direito e Política nos permita traçar um quadro mais claro sobre esta interseção.

Capítulo 2. A história oral e o estudo de caso:

Conforme já foi apontado ao delimitarmos nosso objeto, o passo inicial desta pesquisa foi a participação na pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”. Em consequência disso, a escolha pela história oral já é evidente. Contudo, antes de apresentarmos as questões pertinentes à história oral, é importante justificar os ganhos metodológicos que temos com o recurso ao estudo de caso, já indicado no capítulo anterior.

O estudo de caso nos permite uma análise de um fenômeno complexo com profundidade única, o que não seria possível caso pretendêssemos analisar todo o universo de entrevistados. No entanto, apesar de se tratar de uma particularização, a proposta deve ser a de uma generalização analítica e não da enumeração de uma frequência (YIN, 2001: 29). Com isso, o estudo de caso é interessante para o objeto proposto, pois poderá fornecer elos de comparação com outras trajetórias dos indivíduos que circulem por essas elites e permite que, a partir desta pesquisa, se busque o estabelecimento de teorias generalizantes. Por enquanto, nosso objetivo, aqui, é a particularização.

Quanto à história oral, por mais que a proposta desta pesquisa não seja a realização de novas entrevistas, a utilização de entrevistas produzidas dentro de um projeto de história oral define a metodologia. Isto porque a história oral é reconhecida como método-técnica-fonte, consistindo em um método de investigação científica, técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados ou fonte de pesquisa, pois uma de suas peculiaridades determinantes é

a formação de uma base de dados (ALBERTI, 2004: 18). Assim, a história oral pode ser definida como uma metodologia que:

privilegia a realização de entrevistas de pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam (ALBERTI, 2004: 18).

Com isso, a metodologia é pertinente à proposta deste artigo, pois as entrevistas contém o relato do próprio Nelson Jobim sobre as práticas de sua trajetória. O objeto de análise é a própria narrativa do entrevistado (ALBERTI, 2004: 30). Assim, o que ganhamos é possibilidade de a identificação das práticas que o entrevistado reputa como importantes durante cada passagem de sua trajetória, em cada espaço de atuação.

Contudo, é preciso estar atento ao risco da **ilusão retórica**, envolvida nas narrativas que envolvem história de vida. Isto é, este exercício de reconstituir a história de vida implica num relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção (ALBERTI, 2004: 185), quando na verdade, a época em que aconteceram, não o possuíam, por isso, trata-se de uma ilusão. Portanto, a conclusão é que não podemos tomar a trajetória tal qual ela é narrada pelo entrevistado. É necessário compreender o “conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado[...] ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 2006: 190). Entretanto, como nosso objeto é a própria narrativa de Jobim, o risco de uma ilusão retórica não nos é tão prejudicial, já que partimos do pressuposto que nossa fonte consiste em **uma** versão, **uma** narrativa.

Outro aspecto metodológico para o qual devemos nos atentar é o cuidado na restituição da entrevista que será fonte desta pesquisa. Isto porque a entrevista “toma forma por meio do jogo e das questões das múltiplas interações sociais próprias ao contexto particular no qual ele é produzido” (POUPART, 2008: 15). Assim, o uso de entrevistas de segunda-mão requer um cuidado especial na reconstituição do contexto de coleta dos dados, já que o contexto se confunde com o próprio dado.

A entrevista foi concedida ao projeto de pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”. Dentro deste contexto, a entrevista de Nelson Jobim foi realizada em três sessões, em 18/07/2012, 08/08/2012 e 21/11/2012, na Sala de entrevistas do CPDOC em Botafogo, Rio de Janeiro. Os entrevistadores foram Christiane Jalles de Paula (C.J.), Fabrícia Guimarães,

Fernando de Castro Fontainha (F.F.), Leonardo Seiichi Sasada Sato e Carlos Victor Nascimento dos Santos. O roteiro de acompanhamento da entrevista foi feito por Leonardo Seiichi Sasada Sato e Luciana Frattini (2012).

Por último, é importante ressaltar que todo projeto de história oral tem como um de seus objetivos a formação de uma base de dados de consulta para outros pesquisadores. Desta forma, a prática é que ao fim de todas as entrevistas realizadas, o entrevistado assine um termo de cessão, que autoriza a consulta e o uso da entrevista por pesquisadores (ALBERTI, 2004:132). Apesar de o entrevistado ter assinado este termo, sem qualquer restrição, os produtos da pesquisa ainda não foram completamente divulgados, não estando disponíveis para os pesquisadores de modo geral². Entretanto, o entrevistado autorizou expressamente o uso da entrevista para este artigo.

Capítulo 3. O referencial teórico e a revisão de literatura:

Para dar início a uma revisão de literatura, é importante estar bem claro e delimitado o objeto da pesquisa, sob o risco de deixar passar obras bastante relevantes, em detrimento da inclusão de obras que não guardam relação direta com o objeto da pesquisa. Assim, o que buscamos nesse momento, não são obras que tratem exclusivamente das elites políticas e suas articulações dentro deste campo, tampouco as que tratam das elites jurídicas. Essas duas elites já foram objeto de vasta literatura acadêmica. A nossa atenção está voltada para obras que podem nos trazer algumas informações sobre a interseção entre essas elites, em que os atores ora pendem para um lado, ora para o outro.

Mas antes mesmo disso, é importante a definição de alguns conceitos teóricos. O primeiro deles decorre da nossa escolha pela realização de um estudo sobre as elites. Conforme definição do Dicionário de Política, de Bobbio e outros, realizar um estudo de elites significa entender que “em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria, que por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada” (MOSCA, 1896 *apud* BOBBIO *et al*, 2004: 385). Além disso, o autor prossegue e afirma que “o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha que recorrer a força em última instância” (PARETO, 1923 *apud* BOBBIO *et al*, 2004: 385).

² Vale lembrar que algumas das entrevistas já estão disponíveis para acesso e as que ainda não estão, logo estarão, no seguinte site: <http://historiaoraldosupremo.fgv.br/>.

Mais do que entender o que são os estudos sobre as elites, é necessário que entendamos quais as elites objeto de nosso trabalho. Para entendê-las, a nossa referência será a obra de Pierre Bourdieu (2007a; 2007b *apud* ALMEIDA, 2014: 81). A nossa escolha pelo autor se justifica pela sua definição dos conceitos de *habitus* e campo que será importante para os objetivos que pretendemos alcançar. O campo pode ser definido como um “espaço social de estrutura e agentes com características comuns e que disputam um tipo de capital próprio desse espaço” (ALMEIDA, 2010: 17). Já *habitus*, é

uma visão de mundo compartilhada por indivíduos com características sociais comuns produzidas pela ação de mecanismos como a educação formal e familiar, ritos de passagem e práticas de sociabilidade que incutem nos indivíduos as estruturas objetivas de poder no campo e na sociedade e definem suas próprias posições nesse campo (BOURDIEU, 2007a; 2007b *apud* ALMEIDA, 2014: 17).

Com isso, o recurso a Bourdieu nos permite delimitar qual é o campo e quais são as práticas do Direito e da Política. Ainda, é através desse referencial que poderemos concluir sobre o uso de práticas de um campo no outro. Essas são algumas das vantagens mais objetivas que podemos extrair deste importante marco teórico, além da apologia do autor para a realização de pesquisa empírica, o que conduziu o trabalho neste caminho desde o início.

Por fim, ao realizar um estudo das elites, é necessário estar atento ao risco da tautologia, que consiste em explicar as elites apenas pela sua posição superior, ou da apologia, quando trata apenas de apontar a superioridade, sem oferecer qualquer crítica (ALMEIDA, 2014: 92). O nosso esforço para não correremos estes riscos está na proposta de tentar explicar como um membro dessas elites se posiciona entre elas e de que modo as práticas de um espaço são capazes de gerar um capital simbólico valorizado em um espaço distinto.

Prosseguimos agora para questões mais práticas relacionadas ao nosso objeto de pesquisa. Em trecho extraído das notas taquigráficas de um julgamento no STF, destacado por Fontainha (2009: 4), em que discutem os ministros Marco Aurélio e Nelson Jobim, nosso problema de pesquisa se mostra bem claro:

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM – (...) peço a V.Exa., Ministro Marco Aurélio, que, junto aos outros colegas, ouça um dado histórico. (...) Surge então o primeiro momento da reedição de medida provisória. O Senador Nelson Carneiro – o Ministro Maurício Correia está começando a lembrar disso - resolve levar, em questão de ordem, à sessão do Congresso Nacional o problema da reedição da medida provisória. Decidiu, ainda, o Senador constituir uma comissão especial, composta de três Senadores e três Deputados. Os Senadores indicados para a comissão foram Afonso Arinos de Mello Franco – que foi o Presidente – o Senador Maurício Correia e havia um terceiro Senador do qual não estou me recordando. Os Deputados eram Plínio de Arruda Sampaio, Paes Landim e havia um terceiro Deputado. Eu fui designado o Relator. E foi esta comissão que primeiro emitiu um juízo sobre a reedição de medida provisória, admitindo-a.
(...)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Vejam o que o ministro disse: para se julgar é preciso um estágio no Congresso Nacional.
O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM – Eu não disse isso. (...)

O debate expressa da melhor forma possível uma das frentes da relação entre o Direito e a Política, quando se trata do STF. Por um lado, o ministro Nelson Jobim, busca uma linha de argumentação para resolver uma questão jurídica, na qual conta sua experiência parlamentar, com o objetivo de repassar aquilo que os legisladores decidiram. Do outro, o ministro Marco Aurélio desvaloriza essa experiência, atribuindo ao Ministro Jobim, a afirmação de que a experiência parlamentar é condição necessária para se julgar.

Nossa intenção aqui não é se aprofundar nas diversas questões envolvidas quando se trata da relação entre o Direito e a Política no STF, como por exemplo, as regras de indicação ou possível alinhamento ideológico na atuação dos ministros com os presidentes que os indicaram, temas bastante discutidos academicamente pelos autores já apontados anteriormente. No entanto, o STF se encontra em posição privilegiada para os objetivos de nossa pesquisa, justamente pela relativização da fronteira entre o Direito e a Política que envolvem o STF.

O próprio prefácio ao primeiro volume das publicações do projeto de pesquisa, de autoria de Jobim e Fontainha, aponta para isso:

[m]uito embora ele seja a Corte de maior hierarquia no sistema judicial- não é necessariamente- uma trajetória de carreira exemplar no serio do Poder Judiciário que garante o ingresso de um novo membro. A ruptura com a tradicional subida de hierarquia burocrática da Justiça produz uma multiplicidade de possibilidades no que tange à reconversão dos mais variados tipos de capital social, notadamente o político e o jurídico (2015: 11).

Esta questão foi simplificada pelo ministro Evandro Lins e Silva, em seu depoimento ao CPDOC (1997: 486): “O ministro pode ser um político, não tem importância alguma”. De forma mais científica e complexa, outros autores pesquisaram sobre essa interseção. Engelmann destaca, por exemplo, “as pesquisas sobre os perfis dos ministros do STJ e STF atuando no Brasil na década de 2000 indicam padrões de carreira profissional onde o domínio da expertise jurídica e a detenção de capital político aparecem imbricados” (2011: 3). Além dele, Oliveira também a destaca:

[p]ensando especificamente nos ministros do STF, é preciso considerar que as fronteiras entre profissão e política nesse caso são mais sutis, chegando mesmo a se confundir em alguns momentos. Isto porque esses ministros atingem o posto a partir da nomeação do Executivo, com aprovação do Senado, entre brasileiros maiores de 35 anos, de notório saber jurídico e reputação ilibada. [...] Assim, muitos desses ministros saem diretamente de carreiras políticas para ocupar um lugar no Supremo (2012: 58).

Da Ros também aponta para esse fenômeno:

[n]esse contexto, a possibilidade de nomeação de indivíduos afiliados a agremiações políticas específicas, independente de seu mérito, *expertise* e crença nos valores que compartilham os demais juristas- isto é, independente de seu reconhecimento pela comunidade jurídica- não é diminuta (2012: 152).

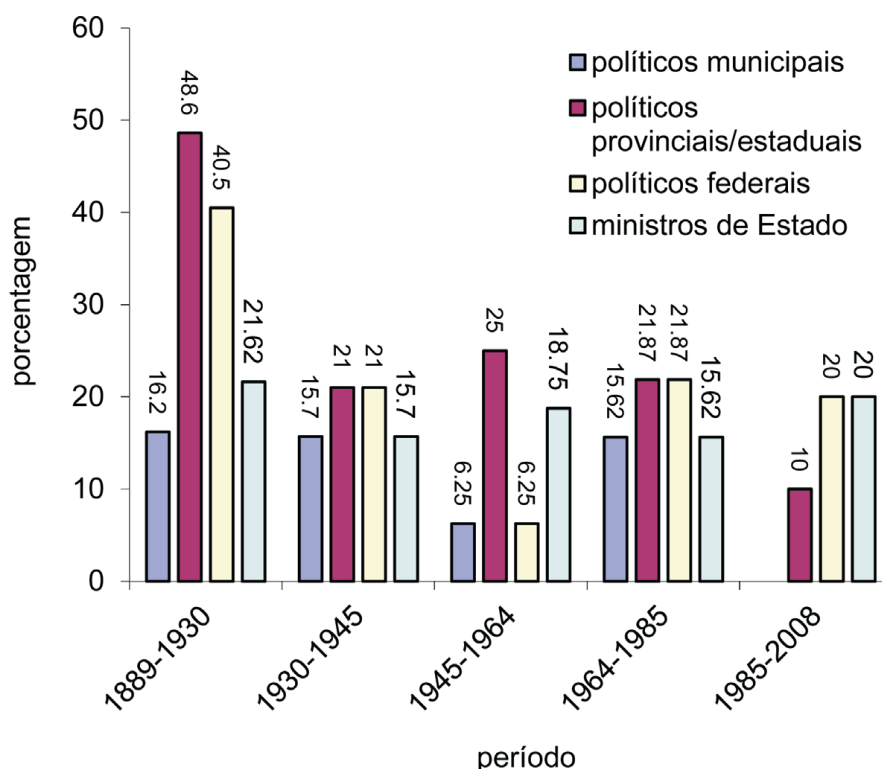
Essa confusão entre as elites jurídicas e elites políticas, apontada nos trechos acima, tem origem no Brasil ainda imperial. Mattos (2011) atenta para os propósitos das primeiras escolas de Direito no Brasil, “que para além da preparação de futuros juristas e advogados, à formação de deputados, senadores, diplomatas e altos funcionários do Estado” (CARVALHO, 2004: 76 *apud* MATTOS, 2011: 15).

Assim, as principais funções de Estado, seja no Legislativo, no Executivo ou no Judiciário, eram exercidas por bacharéis. Koerner ainda aponta para essa relação, constatando que a nomeação para um cargo judiciário era forma privilegiado de ingresso na carreira política imperial, por isso, o diploma de bacharel era importante para as carreiras de Estado (1998: 44).

A partir da década de 1930, os bacharéis começam a perder espaço e ser alvo de críticas, conforme aponta Mattos (2011). O autor apresenta dados que comprovam a presença significativa deles nos cargos políticos mesmo após esse período. 60% de cada uma das maiores bancadas na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 (PSD e UDN) e 48% dos deputados federais na legislatura de 1968-1971 eram compostas por bacharéis em Direito (MATTOS, 2011: 18).

Os dados apresentados por Mattos estão relacionados ao seu objeto de pesquisa que busca analisar o papel da OAB nas relações entre o Estado e sociedade civil, entre os anos de 1945 e 1964 (MATTOS, 2011: 13). Por isso, para o autor, são importantes os dados que dizem respeito ao trânsito de juristas pelas carreiras de Estado, no sentido de concluir de que forma eles integram a elite política do país. Por outro lado, Almeida (2010; 2014) o faz sob a ótica contrária, analisando a importância do capital político para o campo jurídico, procurando comprovar a existência de um **campo político da justiça**, como trataremos com detalhes mais a frente. Um dos dados de sua pesquisa, por exemplo, é a participação política dos ministros do STF, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Porcentagens de ministros do Supremo Tribunal Federal com passagens por cargos políticos legislativos e executivos (Brasil, 1827 a 2008).



(FONTE: ALMEIDA, 2010: 179)

O autor justifica a importância desse dado afirmando que:

a vinculação ao Estado produz capital simbólico específico, caracterizado pela construção de redes de relações políticas, pelo aprendizado de rotinas burocráticas e pela criação de disposições vocacionais para o exercício de funções superiores do Estado- mesmo nos casos de agentes já possuidores de estruturas significativas de capitais sociais e políticos (ALMEIDA, 2010: 185).

Em conjunto com uma enormidade de outros dados de diversas dimensões, o autor busca comprovar a existência daquilo que ele denomina como **campo político da justiça**, que pode ser definido como

um subcampo do campo jurídico delimitado pela ação de instituições formalmente superiores do campo jurídico, mas também daqueles agentes portadores das estruturas de capitais que os distinguem dos demais juristas os quais circulam pelo campo jurídico, e que gravitam em torno do aparato de administração da justiça estatal, disputando sua direção e seu controle (ALMEIDA, 2010: 288).

A sua proposta foi realizar um estudo das elites jurídicas a partir da dinâmica das lutas pela administração estatal. Desta forma, procura entender não só “como os juristas se inserem e são produzidos [...], mas também como uma minoria de juristas domina os demais[...]” (ALMEIDA, 2010: 27). E ele assim o faz analisando componentes biográficos de vários membros da elite jurídica, como origens, formação escolar, ocupação de cargos políticos.

Um trecho nos é especialmente importante. O autor apresenta a relação entre o capital jurídico e político nas trajetórias dos membros da elite jurídica, dando origem tipologia já apresentada, quando afirmamos que Jobim é um exemplo de político-jurista.

Diagrama 1: estruturas de capitais jurídicos e políticos nas trajetórias de grupos de elites jurídicas

Capital político	+	<i>Bacharéis-políticos (A)</i>	<i>Políticos-juristas (B)</i>
	-	<i>Juristas da política (C)</i>	<i>Juristas-políticos (D)</i>
		-	+
		Capital jurídico	

(FONTE: ALMEIDA, 2010: 186)

Os bacharéis-políticos (A) são frutos das origens que destacamos em Mattos (2011) quando tratamos da alta participação de bacharéis em direito na política do país. O seu padrão de trajetória consiste em um investimento alto na política, sem qualquer atividade profissional jurídica relevante (SADEK; DANTAS, 2001 *apud* ALMEIDA, 2010: 186). Os juristas da política (C) são aqueles que assessoram os partidos políticos ou gabinetes do Estado. A relevância dessa categoria é a rede de relações com os membros das elites jurídicas, enquanto exercem atividade estritamente jurídica (ALMEIDA, 2010: 189).

Já os políticos-juristas e os juristas da política se caracterizam pelo trânsito “entre os campos político e jurídico com relativo equilíbrio de investimentos” (ALMEIDA, 2010: 190). A diferença entre eles está justamente na predominância de determinado campo. Um exemplo de jurista da política que o autor indica é o Evandro Lins e Silva, “um dos principais advogados criminalistas do país, foi fundador do PSB, chefe do Gabinete Civil e ministro das Relações Exteriores do governo do presidente João Goulart, que o nomeou ministro do STF; após, retornou a advocacia e foi membro de diversas composições do Conselho Federal da OAB” (ALMEIDA, 2010: 191). O político-jurista, segundo o autor é aquele que tem carreira jurídica profissional de relevo, mas que passou a se dedicar predominantemente à atividade

política (ALMEIDA, 2010: 187). Conforme já apontamos, Jobim é apontado como um dos exemplos deste tipo.

Apesar de argumentar que esses tipos-ideais não sejam estanques (ALMEIDA, 2010: 191), através desse trabalho pretendemos demonstrar que essa tipologia, da forma que foi construída pelo autor nos parece incompleta e em sentido contrário a sua própria proposta, quando abre mão de uma análise estruturalista, que tenderia a ignorar as ações dos indivíduos (ALMEIDA, 2010: 11). Isto porque, em seus exemplos, o autor parece levar em conta somente os cargos ocupados e não as práticas e narrativas dos atores. Desse modo, nosso objetivo, é concluir de que modo a narrativa sobre práticas e performances de Jobim nos permitem enquadrá-lo nessa tipologia, mais do que os cargos que ele ocupou.

Com isso, o que pretendemos através desta revisão de literatura foi apresentar um referencial teórico, que traz uma série de conceitos que nos serão importante para a análise dos dados. Além disso, indicamos que a relação entre o Direito e a Política é estudada por alguns autores, principalmente, quando envolvem questões relacionadas ao STF. De certa forma, consideramos que este trabalho é uma espécie de complementação à obra de Almeida (2010; 2014). Apesar da abordagem ser distinta, o objeto se aproxima bastante, já que uma variável significativa, que leva ao autor a conclusão pela existência do campo político da justiça é o capital político dos juristas.

PARTE II:

A entrevista de Nelson Jobim para o projeto de pesquisa foi a mais extensa dentre as até então realizadas. A transcrição contém um total três documentos, com aproximadamente sessenta páginas cada um (JOBIM, 2012a; 2012b; 2012c). Por isso, é inviável fazer com que o leitor a leia por completo para alcançarmos nossas conclusões. Desta forma, selecionamos aqueles trechos que julgamos como os mais relevantes para os nossos objetivos, ou seja, os trechos em que Jobim relata as práticas políticas e jurídicas.

A análise desses trechos será dividida em capítulos que não guardam necessariamente relação cronológica, seja com a trajetória ou com a própria entrevista. Os capítulos estão divididos de acordo com a relação da narrativa com o momento da trajetória de Jobim. A vantagem desta divisão é que nos permite identificar de que modo cada prática ou conjunto de práticas narradas explicam a sua posição entre as elites objeto desse trabalho.

É importante esclarecer que o último cargo público ocupado por Jobim, Ministro de Estado da Defesa, não foi incluído em nossa análise. Há duas justificativas para isso. A primeira é a própria falta de dados referente a esse período, visto que grande parte da entrevista se deteve ao caminho ao STF e a atuação no STF. A segunda é que nos relatos do entrevistado sobre esse período, há pouca pertinência para os nossos objetivos.

Capítulo 4. A família de advogados e políticos: a importância das origens e da socialização primária

O primeiro tópico que buscamos na entrevista são as suas origens familiares e a socialização primária. Por socialização primária nos referimos aos primeiros círculos sociais com os quais o indivíduo teve contato, seja através da própria família ou amigos do colégio e da faculdade. O nosso objetivo nesse capítulo é concluir até que ponto esses elementos são determinantes na trajetória de Jobim e o que isso pode nos dizer a respeito de sua colocação entre as elites jurídica e política.

Desde de o início da entrevista pudemos observar que a circulação entre essas elites não é característica exclusiva de Nelson Jobim em sua família. Além de advogados, tanto seu avô, quanto seu pai, exerceram atividade política de destaque, tendo ocupado cargos de liderança dentro de seus partidos e sido eleitos para cargos políticos. Seu avô, Walter Jobim, foi o último presidente do Partido Libertador, antes de constituir o Partido Social Democrático- PSD, o qual também presidiu, e foi eleito Governador do Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1947 e 1951. Já seu pai, Hélyio Jobim foi Deputado Estadual pelo mesmo Estado, por um mandato, entre os anos de 1959 a 1963, e presidiu o PSD no município de Santa Maria (JOBIM, 2012a: 1-4).

As implicações que estar em uma família de tradição forte no interior são importantíssimas. Por exemplo, a importância dos churrascos das famílias forenses, em que se reuniam todos os principais advogados da cidade, e teve grande importância para seu ingresso na política corporativa na OAB (JOBIM, 2012a: 17). Outro fato que Jobim reputa como importante para isso foi a proximidade com a família Genro, bastante tradicional na região (GRILL, 2004: 74). Adelmo Genro, que o indicou a sucessão na presidência da OAB de Santa Maria, fora seu professor no colégio (JOBIM, 2012a: 14), além de seu filho ser amigo de infância, conforme aponta o entrevistado- “N.J. – [...] Tarso Genro, que é meu colega de infância, amigo de infância lá de Santa Maria” (JOBIM, 2012c: 69)

O que nos indagamos a partir disso é de que forma isso influenciou Jobim a seguir a trajetória que seguiu. Jobim aponta para uma

N.J. - [...] espécie de condicionamento familiar do fato do [s]eu avô ter aberto o escritório em 1913, o [s]eu pai ter um grande advogado e tinha um grande escritório, que era o maior escritório de Santa Maria na época, então tudo isso empurrava para esse tipo de função. Além do fato de o escritório ser em casa, (JOBIM, 2012a: 7)

explicando a sua escolha pela faculdade de direito. Neste trecho, Jobim conta que o escritório do pai dele era em casa e, mais a frente, prossegue relatando que desde menino acompanhava a reunião dos clientes do pai.

A escolha pela graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul também seguiu uma lógica familiar, já que havia a opção de graduar-se na sua cidade natal, Santa Maria, como ele relata:

N.J. - [...] Já havia faculdade de direito em Santa Maria. Mas como meu pai... meu avô e meu pai haviam se formado em Porto Alegre, também o meu pai resolveu... [...]O pai então queria que nós estudássemos em Porto Alegre, tendo em vista a qualidade da faculdade, etc.. O meu pai era professor em Santa Maria. (JOBIM, 2012a: 7)

As implicações de estudar em faculdade da capital são importantes para a colocação social do entrevistado entre os juristas. Mais do que o prestígio do estabelecimento de formação, que reduziria a análise escolar dos juristas a uma tautologia, Almeida (2010) aponta para diversas variáveis que fazem com que o capital simbólico desta instituição ser valorizada dentre os juristas, como o número de ex-alunos que alcançaram tribunais superiores, por exemplo. E o relato de Nelson Jobim, aponta para este prestígio:

N.J. - E eu tinha um prestígio muito grande nos advogados do interior, porque eu ajudava muito. Eu tinha formação. Eu tinha... enfim, conhecia as coisas. E os caras me consultavam, “me ajuda nisso”, “faz aquilo”, e eu ajudava, sem problema nenhum. Bem. Então eu tinha circulação com a advocacia do interior. (JOBIM, 2012a: 18)

Com relação a sua trajetória política, a primeira palavra utilizada por Jobim para descrever sua atividade política foi “acaso” – “N.J. - E a minha atividade política começou por acaso” (JOBIM, 2012a: 3). Além disso, perguntado sobre a importância da tradição familiar, ele prossegue a explicação de como foi por acaso:

C.J. - O senhor acha que foi por acaso? O senhor, afinal, tem uma tradição, uma família toda na política.
N.J. - Não. Foi por acaso porque... Não. Por acaso, pelo seguinte. Essas... Tudo bem. Mas o.... (JOBIM, 2012a: 4)

Esse dado é interessante, pois por diversas vezes o entrevistado recorre à sorte ou ao acaso para explicar os cargos que ocupou. Por exemplo, ao explicar o início de sua carreira na OAB, a convite de Adelmo Genro como já foi antecipado, refere-se a mais sorte do que juízo (JOBIM, 2012a: 14). O mesmo argumento se repete ao explicar como se tornou líder de seu partido na Assembleia Nacional Constituinte, quando diz que também foi por acaso (JOBIM, 2012a: 25).

É no mínimo curiosa essa explicação de Jobim. Isto porque, pelo que já foi apresentado, as origens, as relações e a formação de Jobim seriam credenciais suficientes para sua circulação entre as elites jurídicas e políticas. Assim, poucos apontariam para a sorte como elemento determinante para a trajetória do entrevistado. Entretanto, este comportamento é observado na narrativa de diversos membros de elite, conforme aponta Mills:

[w]hen successful executives think back upon their own careers, they very often emphasize what they always call ‘an element of luck’. [...] Time and time again, in close-ups of the executive career, we observe how men in the same circles choose one another (MILLS: 138-139).

Além disso, a importância das relações familiares na política é apontada por Grill, por três associações distintas:

[e]m primeiro lugar a possibilidade de maximizar o reconhecimento desfrutado pela família e sua inscrição na memória política local por meio da valorização do “nome da família”, da “imagem da família” e dos “feitos da família”. Em segundo lugar, a diferenciação entre os pares, viabilizadas pela familiaridade com o meio, pela sociabilidade com a política e com os políticos na esfera doméstica e pela precocidade do contato com rituais e linguagens que marcam o funcionamento da esfera. E, finalmente, em decorrência destas duas modalidades de trunfos (derivados do reconhecimento e da familiaridade), observa-se acessos (a postos, nominatas, cargos, órgãos, imprensa, etc.) possibilitados pelos vínculos de parentesco que incidem sobre o potencial de trânsito destes agentes no espaço social e político (2004: 167).

A conclusão que chegamos ao terminar esse tópico é próximo daquilo que antecipamos: a relação entre o Direito e Política está presente desde as origens de Jobim. Sua socialização primária envolveu circulação entre juristas e políticos de destaques. Além disso, o capital adquirido através graduação em faculdade de Direito tradicional, o destacou ainda mais. Somente com isso, já é possível concluir que Jobim possui capital social suficiente para justificar sua circulação entre as elites jurídica e política. Essa conclusão é importante para os nossos objetivos, pois já nos permite vislumbrar sobre a colocação de Jobim entre os juristas e entre os políticos ao longo de sua trajetória.

Capítulo 5. De advogado para político: a importância política do capital “político-associativo”

Até o momento, o que apresentamos de dados sobre a narrativa de Nelson Jobim foram as suas origens familiares e a importância que a socialização primária teve em sua trajetória. Entretanto, a importância dessa socialização não parou por aí. Prosseguindo no relato de Jobim acerca de sua trajetória, alcançamos o ponto em que, recém-formado na UFRGS, é indicado por Adelmo Genro, que havia sido seu professor no colégio, para ser seu sucessor na presidência OAB de Santa Maria. Conforme já foi mencionado, o entrevistado dá grande importância à sorte para esse momento. Após isso, o prestígio entre os advogados de interior, também, o possibilitou a alcançar ao cargo de vice-presidente da OAB do Rio Grande do Sul.

O que aparenta ser o início de uma carreira típica de um jurista com dedicação a carreira corporativa, ganha contornos diferentes, quando Jobim foi convidado para ser candidato a Deputado Federal pelo PMDB. Mais uma vez, o entrevistado atribui importância fundamental à sorte. Isto porque o convite só ocorreu devido ao fato do candidato local da região de Santa Maria se recusar a concorrer à reeleição. Prosseguindo o relato, Jobim afirma que sem opções e pela necessidade de haver um candidato da região de Santa Maria, o convite é feito a ele. O convite partiu de Pedro Simon e Paulo Brossard, que fora seu professor na UFRGS. Assim, Jobim relata:

N.J. – [...] O Pedro Simon e o Brossard vieram me chamar para ser candidato a deputado, não porque eu fosse isso ou aquilo, é porque eu poderia galgar votos para a legenda do partido, que é um esquema normal para efeito de cálculo de legenda. Então acabei me candidatando (JOBIM, 2012a: 5).

O nosso objetivo neste momento é buscar elementos que nos permitam concluir de que forma a trajetória jurídica potencializou o capital político responsável, não só pelo convite para Jobim se lançar candidato a Deputado Federal, mas também pela eleição que efetivamente se concretizou. Nesse sentido, o próprio entrevistado afirma:

N.J. – [...] A sorte, que eu estou dizendo, é de que não tinha um outro nome, em Santa Maria, que pudesse substituir o João Gilberto, tendo em vista a visibilidade que existia e a visibilidade minha dentro da região. Porque eu era um advogado muito atuante. Advogava em toda a região, não só em Santa Maria, mas como em toda a região (JOBIM, 2012a: 5)

Além disso, segundo ele, outro fator determinante para sua eleição foi a agenda não corporativa da OAB, que em um momento político extremamente importante para o país,

promovia palestras, debates com empresas, associações locais para explicar as questões que envolviam a redemocratização do Brasil. Almeida explica que “não é somente quando transitam pelos campos político e burocrático que os juristas acumulam capital político”. A liderança corporativa das profissões jurídicas produz um típico específico de capital simbólico: o **capital “político-associativo”** (2010: 194-195). Assim, Jobim narra:

N.J. – [...] Essa foi uma das razões pelas quais eu fui escolhido como candidato em 86. Porque eu tinha tido essa visibilidade na OAB. Entendeu? Porque advogado não vota em advogado. Isso é bobagem, que os advogados vão votar nos advogados. Isso não existe. Mas havia a, digamos, a minha visibilidade, por essa circulação que eu tinha que fazer no estado todo sobre essa doutrinação da OAB, e não tinha nenhum objetivo eleitoral. O objetivo era da agenda de onde eu estava. Então a escolha final, quando João Gilberto resolveu não ser candidato, é: “olha, vamos chamar o Jobim”. É isso. Por isso que eu digo que eu estou... eu estava no lugar certo e na hora certa. (JOBIM, 2012a: 22-23)

Através dessa descrição, podemos concluir de que forma a atuação de um jurista é capaz de gerar um capital político. Em conjunto com os outros componentes biográficos que foram analisados anteriormente, a trajetória do jurista Nelson Jobim o possibilitou ser eleito a Deputado Federal, ainda que sua atuação não tivesse nenhum objetivo de angariar votos, como ele afirma. Isso nos ajudará a compreender mais a frente, a atuação do político Nelson Jobim, uma vez que, oriundo de uma trajetória jurídica, carrega consigo práticas e habilidades características de juristas e as utiliza na política.

Capítulo 6. O jurista no político: as práticas jurídicas na Assembleia Nacional Constituinte e no Congresso Nacional

Até aqui, o importante que se tenha retido são os trechos que destacamos das entrevistas, os quais evidenciam a relação entre o Direito e a Política na trajetória de Nelson Jobim. Apresentamos de que forma isso se manifesta nas origens e na socialização primária de Jobim, depois apresentamos como um advogado adquiriu, através do campo jurídico, capital político suficiente para ser eleito Deputado Federal. Agora, nosso objetivo é apresentar trechos pertinentes durante seu relato sobre o período em que esteve no Congresso Nacional, tendo sido o primeiro mandato na Assembleia Nacional Constituinte e o segundo, na Câmara dos Deputados.

Já no início do seu relato sobre esse período, destacamos a seguir, a passagem em que Jobim revela qual foi sua primeira estratégia ao saber que foi eleito. Esse trecho é bastante

importante, pois identifica o que o entrevistado reputou como importante para se fazer naquele momento.

N.J. – [...] Aí, definida a eleição, que eu estava eleito, eu então peguei um mundaréu de livros e me enfiei numa fazenda do sogro, do ex-sogro meu, e fiquei estudando. [...] Eu fui para a fazenda dele e lá eu fiquei estudando durante um mês[...] Eu fiquei estudando os processos constituintes no Brasil. [...] Estudei todos os problemas existentes em relação às constituintes brasileiras de 24, e inclusive 67, e depois a Emenda de 61. Examinei tudo, como é que era a montagem, não sei o quê, regimento e problemas que surgiram, estudei a parte histórica e tal. [...] E aí eu fiz dois projetos. [...] Então eu fiz um projetinho, em que nós não juraríamos a Constituição de 67, aliás, de 69 para o trabalho, quando da posse. E o outro projeto, que foi publicado inclusive por essa revista e comentado pelo Faoro, era como ia ser a constituinte.[...] E eu apresentei isso em janeiro de 87 para a liderança do partido... para uma... numa reunião que houve em Porto Alegre com os eleitos.[...] E aí eu apresentei esse projeto. Aí foi um escândalo (JOBIM, 2012a: 25).

Isto ganha uma importância tremenda na trajetória de Jobim, pois ele descreve que foram esses projetos, resultado de seus estudos de processo constituinte, que o permitiram se aproximar de figuras que foram importantes ao longo de sua carreira como Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso.

N.J. – [...] O Brito disse: “Ah, tu conhece o Dr. Ulysses?” – “Não, não conheço”. – “Então vamos lá conhecer o Dr. Ulysses”. [...] Aí o que é que acontece? Eu vou a uma reunião... vou à casa do Ulysses. E Ulysses, estava na cabeça do Ulysses como é que ele ia fazer o processo constituinte. Não a constituição, mas como é que ele ia regulamentar o processo constituinte. E eu tinha tudo isso na cabeça. Eu tinha uma memória de ferro, né, todo organizado. [...]Eu era o único sujeito que tinha estudado, era o único que conhecia esses processos todos. [...]A partir dali, como eu tinha discutido com Ulysses esse assunto, ele me chama, há uma reunião de líderes, para discutir qual é o modelo de constituição que ia se fazer. Qual é o modelo de regimento, aliás, que se ia fazer. Ele me chama. Eu que redigi, entreguei para o Fernando Henrique. Porque o Ulysses escolheu o Fernando Henrique para ser o relator do regimento interno. Então eu redigi as normas iniciais, porque eu já tinha esse troço na cabeça, na montagem. Tinham normas iniciais (JOBIM, 2012a: 25-27).

Além da importância da aproximação com políticos importantes, outro ponto pertinente aos nossos objetivos que é relatado no trecho acima é a afirmação de que ele era o único que havia estudado aquilo. Isso nos permite concluir a importância política de uma prática do jurista, que ao ter sido eleito, decidiu estudar história constitucional brasileira e processo constituinte, matérias clássicas de Direito Constitucional.

Fora isso, outra prática relacionada ao Direito, apesar de não ser exclusiva, é a habilidade de escrita, que também é importante para explicar o posicionamento de Jobim dentro da Assembleia Nacional Constituinte, como ele mesmo narra:

N.J.- [...] Então, vamos deixar bem claro que a minha participação na Constituinte, embora digam “ah, o Jobim foi um homem importante na Constituinte”... [sinal de negação] no processo decisório, eu não participava, eu não era a voz do processo decisório. Eu era a voz na forma operacional daquilo que havia sido decidido pelo grupo do partido.

C.J. - Entendi. O senhor colocava a mão na massa e arrumava a massa.

N.J. - Eu fazia. Eu sabia escrever. [...]E eu sabia fazer esse troço. Além do negócio da lógica matemática, o negócio do direito, isso tudo, tinha me preparado, li tudo que é constituição, essa coisa toda (JOBIM, 2012a: 31-32).

Deste modo, as práticas e competências jurídicas foram capazes, logo de início, de gerar um capital político suficiente para fazê-lo útil ao seu partido e a própria Assembleia Nacional Constituinte. Isto permitiu que se destacasse entre políticos de destaque, ainda que sua função fosse meramente operacional. E o que podemos concluir com isso, é que se as práticas jurídicas utilizadas dentro do campo político, de início não foram capazes de posicioná-lo diretamente no primeiro escalão da política, o resto de sua trajetória o permitiu.

F.F. – Para ficar robusto, tem que começar a conhecer pessoas em Brasília. Não era um lugar onde você conhecia pessoas no início.

N.J. – É. Pois é. Mas o conhecer... Aí vem a diferença. Uma coisa é você conhecer porque alguém te apresentou e... fica por isso mesmo. Outra coisa é conhecer tendo em vista que você tem alguma que possa servir para o outro. É diferente. E a... digamos, a visão que o pessoal tinha de mim era, primeiro, eu era um grande trabalhador, e segundo, eu era um cara de dar soluções de problemas. Quer dizer, eu fiquei conhecido lá, na época, como um sujeito que encontrava saída para resolver um impasse (JOBIM, 2012a: 54).

Assim, como ele relata, o quadro mudou do primeiro para o segundo mandato. Enquanto no primeiro, Jobim se considerava importante apenas para funções operacionais, no segundo, reconheceu que seu capital político havia crescido, tendo sido, inclusive, designado como relator da revisão constitucional, em 1993.

N.J. - Houve uma reunião no... e aí eu fui chamado, como relator da revisão, fui chamado numa reunião. A essa altura, eu já tinha mais... [abre os braços] mais envergadura. Antes eu não era... era zero, era o cara que sabia escrever. Aí eu já tinha mais... já tinha mais... tinha, digamos, tinha mais corpo, tinha mais musculatura (JOBIM, 2012: 48).

O último dado que reputamos como importante para os nossos objetivos no relato de Nelson Jobim sobre sua trajetória parlamentar, é quando explica a desistência de lançar candidatura à reeleição a um terceiro mandato. Isto ocorre em virtude de questões partidárias, uma vez que Jobim recusara apoiar o candidato a Presidente da República de seu partido para apoiar o candidato de outro partido, Fernando Henrique Cardoso (JOBIM, 2012).

N.J. – Eu percebi de que eu tinha, dentro da minha atividade política na Câmara, eu tinha esgotado. [...] Acontece o seguinte, ó. Você tem uma... Na atividade política na Câmara, por exemplo, eu tinha sentido que eu... começava assim, ó. [desenhando em papel] Comecei do zero, em 86, e fui subindo muito rápido. Mas eu fui subindo muito rápido porque eu trabalhava, fazia coisas, escrevia, tal, e era terrível, era um “pé de boi”, entrava madrugada adentro, não tinha problema nenhum. Aí eu fui... tu vai subindo. Aí tu chega a um ponto em que tu atinge o máximo do teu patamar. Eu atingi o máximo do patamar que eu tinha. Aí você começa a caminhar assim, olha. Aí, num determinado momento, você começa a fazer isso

aqui, olha. [desenhando em papel] Então eu saí antes de fazer a curva. [batendo os dedos na mesa] Entendeu?

C.J. – Entendi.

N.J. – Ou seja, eu tinha participado da Constituinte, tinha participado da Comissão de Justiça, tinha participado do impeachment, tinha participado da revisão... [olhar de questionamento]

C.J. – Ser Presidente da Câmara...?

N.J. – O quê? Eu não tinha, não tinha, eu não tinha, digamos, apoio político dentro do partido para ser Presidente da Câmara.

C.J. – Entendi (JOBIM, 2012a: 49).

A outra explicação para a sua desistência de prosseguir na carreira parlamentar nos é ainda mais interessante. Ao considerar que sua atividade política na Câmara ter se esgotado, nos leva a refletir sobre o espaço em que Jobim pretendia dedicar suas atividades. Isto porque junto com a sua desistência, o entrevistado narra duas atitudes diferentes. A primeira é o retorno à advocacia, que já indica uma vontade de retornar ao campo jurídico. O segundo é o pedido feito a Fernando Henrique Cardoso, ainda Ministro do governo Itamar Franco, para indicá-lo para uma vaga de disponível no STF.

N.J. – [...] Recém estava começando o negócio de pesquisa. O Fernando tinha três por cento. Aí eu disse para o Fernando: “Escuta, Fernando, eu não sou candidato à reeleição e tal, o que é que tu acha da possibilidade de eu ser indicado para o Supremo?” Disse: “Não tem chance nenhuma, porque o Maurício Corrêa é que vai ser o indicado pelo... pelo...”

C.J. – Itamar.

N.J. – Pelo Itamar. “Vai ser indicado para o Supremo pelo Itamar. Mas ô Jobim, eu vou ganhar a eleição, e a primeira vaga que tiver, eu te indico”. [estalo e sinal de canto de boca] Estava com três por cento. Bom. Aí... (JOBIM, 2012a: 52-53).

A título de conclusão deste capítulo, podemos afirmar que foram as práticas do jurista Jobim, que possibilitaram, logo de início, seu posicionamento de destaque e interação com notáveis da política dentro da Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de ter sido escolhido líder do partido, o entrevistado relata que sua importância era apenas operacional, muito em virtude das práticas do Direito e da lógica matemática. Já no segundo mandato, o entrevistado reconhece que já tem mais prestígio dentre os políticos, participando efetivamente de episódios-chaves para a política do país como o *impeachment*, a revisão constitucional. No entanto, a desistência da trajetória parlamentar, o retorno à advocacia e o desejo de ser indicado ao STF parece afastar Jobim da trajetória do político-jurista padrão, passando a investir mais em sua trajetória jurídica.

Capítulo 7. O Ministério da Justiça: as relações institucionais (em particular com o STF)

Apesar da frustração de seu desejo de ser indicado ao STF, as circunstâncias levaram Jobim para um caminho que traz desdobramentos interessantes. Com a impossibilidade de indicação para o STF naquele momento, Fernando Henrique convida Nelson Jobim para o Ministério da Justiça, cargo, evidentemente, tradicionalmente ocupados por juristas. Almeida (2010: 180) aponta para uma variação no real peso do Ministério da Justiça nas relações de poder com as elites jurídicas, dependendo do contexto político, em torno de reformas legislativas. Além disso, como este Ministério trata de questões muito mais políticas do que jurídicas, o autor considera compreensível que predominem aqueles com trajetória política predominante, o que justifica que dentre os ministros da Justiça, nos períodos de 1985 a 2010, dois não eram advogados e apenas três não ocuparam cargo político de destaque (ALMEIDA, 2010: 181).

A verdade é que o Ministério da Justiça, conforme aponta o próprio entrevistado, “é uma sobra” (JOBIM, 2012b: 4). Sérgio Sérulo da Cunha, ex-Ministro da Justiça, entrevistado por Almeida e Sinhoretto, define-o: “[...] O Ministério da Justiça trata de uma tanta variedade, uma enorme variedade de assuntos que vão da toga à tanga” (HADDAD *et al*, 2006 apud ALMEIDA, 2010: 180). Nesse sentido, Jobim também descreve essas atividades do Ministério da Justiça:

N.J. – [...] Uma das funções nominais, que depende muito da figura do ministro, era a relação do Executivo com o Poder Judiciário. Uma das funções. A outra função era tratar de índio. A FUNAI ficou com o Ministério da Justiça (JOBIM, 2012b: 5).

Apesar da passagem de Jobim pelo Ministério da Justiça ter sido muito mais marcada pelas relações com a tanga, nossa atenção aqui deve se voltar para a relação dele com a toga. Assim, a importância de sua passagem pelo Ministério da Justiça para os nossos objetivos, foi o prosseguimento de sua circulação e relação com os juristas, sobretudo, os ministros do STF. Isto porque esta relação já vinha desde a época da Constituinte, quando foi designado relator do Poder Judiciário e também na revisão constitucional em 1993. Mas, é na passagem em que Jobim trata do Ministério da Justiça que Jobim descreve esses diálogos.

N.J – [...] Há a questão, também, das conversas do Supremo, em relação a minha capacidade de diálogo, ou seja, à possibilidade dos diálogos que eu tinha com os Ministros do Supremo decorrente também das relações pessoais, que é importante nesse tipo de coisa. Porque durante todo o processo constituinte, junto com Maurício Corrêa e eu fomos que gerimos a reforma judiciária (JOBIM, 2012b: 23).

Jobim descreve a utilidade desses diálogos como um compromisso do Ministério da Justiça, que seriam as consequências das decisões do STF, que conforme ele narra,

teoricamente, não é compromisso do juiz. Interessante observar que esse discurso se repete quando Jobim descreve suas práticas no STF.

F.F. – Além... Essa história e outras... Esse caso e outros... Como é que você descreveria sua relação, como Ministro da Justiça, com o Supremo?

N.J. – Era normal. Eu acho que esse diálogo tem que haver, pelo seguinte, ó. Porque vejam, teoricamente, teoricamente, o ministro... Os compromissos de um juiz [o entrevistado acena com os dedos imitando o sinal de aspas], tentando fazer uma tipologia, é tentar examinar o passado e corrigir o passado. Corrige o passado tentando reconstituir a situação correta ou determinando indenizações pelos erros do passado. A obrigação do Ministro da Justiça não é para trás, é para a frente (JOBIM, 2012b: 21).

Um desses diálogos, por exemplo, o entrevistado narra que solicitou para Moreira Alves e Néri da Silveira, então ministros do STF, tempo para resolver um problema que envolvia um decreto que demarcava determinadas áreas indígenas. Isto porque este decreto estava tendo sua constitucionalidade questionada.

N.J. – [...] Então, o que é que eu mostrei a eles? De que nós tínhamos um caso em que a declaração de inconstitucionalidade teria consequências deletérias, porque atingiria uma série de coisas, principalmente a terra Ianomâmi. E eu queria encontrar uma saída para aquilo. E eu precisava de tempo. [...]E eles disseram: “Não, nós aguardamos.” E estava na cara, porque o Néri chegou a me dizer que, realmente, o juízo dele era da inconstitucionalidade. Os dois. Não me disseram expressamente, mas, na conversa, ficou claro de que eles entendiam que era inconstitucional. Eu digo: “Olha, isso vai dar um problema, eu preciso de tempo para resolver esse assunto (JOBIM, 2012b: 21).

Interessante observar o empenho de Jobim para conseguir esses diálogos. Em determinado momento, chega a relatar que forçava diálogos informais para discutir determinados assuntos.

N.J. – [...] Muita coisa em Brasília se resolvia em jantar e em reuniões informais. Quando tu faz uma reunião formal, o sujeito se veste da posição, se veste da autoridade. Quando está numa reunião informal, ele não está com... não se veste como autoridade. Então, eu preferia conversar em reuniões informais. Jantares, que se fazia em Brasília, porque se fazia muito disso, jantares, coquetel, embaixada se usava muito (JOBIM, 2012b: 25).

De acordo com o que foi apontado no início deste tópico em relação às atividades do Ministério da Justiça, houve dificuldade em definir o que esperar das práticas de um Ministro da Justiça, apesar de ser um campo jurídico. Essa dificuldade se intensificou, ainda, pelo caminho em que a entrevista foi levada. Por isso, a conclusão desse tópico difere um pouco dos anteriores, de modo que não foi possível identificar claramente a relação entre as práticas do Direito e as práticas da Política.

No entanto, este momento não podia ser deixado de lado pela sua relevância na trajetória de Nelson Jobim. Isto porque foi aí que apareceram as descrições relacionadas aos

diálogos com os ministros do STF. Além de ter grande importância para socialização, o que podemos concluir é que esta passagem foi uma transição importante para a transição da carreira política de Estado para a carreira jurídica de Estado.

Capítulo 8. O político no jurista: as práticas políticas no STF

A maior parte da entrevista se deteve à passagem de Nelson Jobim pelo STF, até mesmo porque o projeto de pesquisa em que a entrevista foi realizada busca justamente a construção de uma biografia institucional do STF, através das biografias individuais de cada ministro, conforme já apresentamos. É uma passagem importante para os nossos objetivos por tudo aquilo que já foi apresentado com relação à importância política do STF, bem como a confusão entre o capital jurídico e político de seus membros. Desta forma, o que buscamos nesse tópico é identificar qual padrão de práticas predominam na narrativa de Jobim- seriam práticas jurídicas ou políticas?

Além disso, pela riqueza do relato de Jobim, seria um desperdício de dados, caso ignorássemos as análises conjunturais e tipologias que ele propõe, somente por não ter relação direta com sua trajetória. Por isso, além do objetivo explicitado no parágrafo anterior, através desses dados, buscaremos responder quais práticas são esperadas de um ministro do STF, na narrativa de Jobim.

Assim, para cumprir o primeiro objetivo proposto nesse tópico, destacaremos alguns momentos em que houve confusão entre o capital jurídico e capital político exigido do ministro Jobim. Isto nos leva no caminho de compreender que o STF é um campo em que é possível haver a valorização de ambos os capitais.

O primeiro trecho do relato de Jobim que destacamos, aparenta ser o mesmo momento do julgamento destacado por Fontainha (2010), que destacamos no início deste artigo, no qual o ministro Marco Aurélio afirma que Jobim entende que para ser ministro do STF é preciso ter experiência no Congresso Nacional.

N.J. – [...] Teve um colega lá que tinha uma certa reação em relação às origens políticas ou de ordem política, mas que sossegou logo. [...] Aí o colega refere de que... contrário à medida provisória o outro colega, era o Marco Aurélio, ele refere de que... “Ah, medida provisória é votada em sessão do Congresso Nacional, onde os senadores têm os mesmos votos dos deputados, isso é um sistema, um processo legislativo complicado, equivocado, etc. e tal.” Aí eu pedi um aparte, disse: “Um momentinho. Não é assim. Não há... A sessão conjunta, o senhor está confundindo sessão conjunta do Congresso Nacional com sessão unicameral. E não há sessão unicameral, é sessão conjunta”. Aí ele ficou furioso. Porque: “Ah, não... Vou verificar!” “Mas não precisa verificar, doutor, eu vivi oito anos isso”. “Ah. Mas para saber...” [...] Terminou a sessão, ele veio para mim, disse: “Pois é, Jobim...” Disse: “Olha aqui, vamos

combinar o seguinte. Vamos acertar nossa vida. Não me larga a bola picando. Porque eu fui parlamentar, eu, bola picando, eu chuto. Então vamos fazer o seguinte. Vamos fazer as nossas brigas com...” “Ah, ótimo. Então está ótimo” (JOBIM, 2012c: 19-20).

Neste trecho, apesar de não constar a afirmação destacada por Fontainha (2010), podemos concluir que o capital político, adquirido através da participação parlamentar de Jobim, serviu para o esclarecimento sobre uma questão jurídica. Assim, apesar da ironia de Marco Aurélio, percebemos o valor do capital adquirido através de passagem por cargo político em um tribunal que julga diversas questões de Estado, próximo daquilo que já apontamos sobre o capital adquirido através de cargos do Estado. (ALMEIDA, 2010).

Além dessa importância do capital político, o que observamos no relato de Jobim é que predominam as práticas políticas, tais como as negociações, as propostas legislativas. Isto é aparece logo no início da seguinte forma: “N.J. – [...] Bem. Aí dentro, continuando pela ordem, dentro do Supremo, foi a primeira coisa que eu fiz. Constituí lá o gabinete, comecei então a fazer diálogos” (JOBIM, 2012b: 32). Esses diálogos eram do que negociações, com os próprios ministros, com parlamentares, com os membros do Executivo. Desta forma, o que faremos a seguir é a apresentação dos trechos em que estas práticas aparecem.

No entanto, antes de descrever esses diálogos, Jobim relatou um episódio interessante. O entrevistado contou que logo que chegou ao STF, propôs aos colegas ministros a realização de uma alteração constitucional, em virtude de um problema relacionado à interpretação de um dispositivo constitucional.

N.J. – [...] A primeira atuação, digamos, extra Supremo que eu tive foi o seguinte: quando nós fizemos a Constituição, o Supremo interpretou a Constituição de que cabia habeas corpus contra decisões de tribunais estaduais diretamente no Supremo. Houve uma interpretação do dispositivo da época. Então você tinha um molho de habeas corpus. Quando eu cheguei, estava todo mundo reclamando do habeas corpus. Eu então me propus, digo: “Não, vamos fazer uma alteração constitucional.” “Não! Mas como é que a gente vai fazer isso?” “Ah, deixa que eu negocio isso.” Aí eu fui para a Câmara. [sorriso] Então, como Ministro do Supremo me reuni com as lideranças e tal, fiz um projeto e tal, aprovamos o projeto, alterando, foi o primeiro projeto alterando a área judiciária, que dizia respeito ao problema de cabimento de habeas corpus. [...] Então aprovou-se, consegui aprovar a alteração constitucional. Ficaram muito satisfeitos e tal (JOBIM, 2012b: 31).

Alguns pontos do trecho anterior merecem uma análise mais detalhada. Primeiramente, Jobim classifica esse episódio como questão “extra Supremo”, apesar de se tratar de um assunto de organização do Judiciário, ou seja, não obstante ser de interesse daquele campo, esta atuação estaria rompendo as fronteiras do campo. Além disso, a reação de surpresa que ele conta, curiosos em saber como Jobim faria aquilo, é interessante e nos leva a concluir que essa prática não era comum naquele espaço. E também, a reunião com as

lideranças políticas para a efetivação da alteração constitucional, indica como está prática é fruto do capital político do ministro Jobim.

Ainda sobre esse episódio, uma reflexão interessante sobre a autonomia das práticas jurídicas e políticas, seria a possibilidade de se buscar o mesmo efeito através de uma prática tradicional de um jurista. A jurisprudência e doutrina constitucional já consolidaram entendimento que a alteração do texto da constituição, através do Judiciário pode ser realizada através da mutação constitucional, que consiste na “alteração do significado de determinada norma da Constituição, sem observância do mecanismo constitucionalmente previsto para as emendas” (BARROSO, 2009: 125).

Outro exemplo desses diálogos aparece quando Jobim relata uma questão bastante complexa que envolvia a remuneração dos juízes federais e isonomia salarial. A questão era grave e os juízes federais inclusive acenavam para a realização de greve (JOBIM, 2012b: 36). A questão foi levada ao STF através de um mandado de segurança, impetrado pela Associação dos Juízes Federais- AJUFE.

N.J. – [...] Porque eu estava com o mandado de segurança na mão. “Como é que a gente resolve?”, e tal tal. “Deixa eu tentar.” Aí... O Advogado Geral da União era o Gilmar Mendes. E na Casa Civil estava o Pedro Parente. Todos conhecidos meus e amigos, e relacionados. Aí eu comecei a negociar com eles.[...] Aí eu conversei com o Fernando... Tive longas conversas com os ministros, e depois fui conversar com o Fernando Henrique. O Fernando Henrique bateu o martelo: “Não. Está tudo bem. A repercussão vai ser assim e tal, calculo”...[...] Aí eu fiz o acerto com o Executivo. “Não tem problema, Jobim. Está resolvido o problema. Vocês mandem o projeto, está resolvido” (JOBIM, 2012b: 37).

Este trecho exalta mais uma vez a importância do capital político nas práticas do ministro Jobim. Desta vez a questão é ainda mais interessante, pois a negociação com o Executivo foi utilizada como forma de se resolver um problema estritamente jurídico. O desdobramento deste episódio nos confere, ainda, outro dado interessante. Isto porque os termos negociados por Jobim não foram aceitos pelos outros ministros, um deles chega a afirmar que “o Supremo não é sindicato. Nós não podemos fazer isso. Isto é um absurdo” (JOBIM, 2012). Esta falta de consenso parece indicar uma resistência por parte dos ministros quanto à forma que Jobim conduziu este episódio, extrapolando as práticas típicas do STF, que já havia decidido a questão dentro do seu campo de atuação. Confira isto, no trecho a seguir:

N.J. – [...] O Velloso convoca uma reunião administrativa, muito feliz. [...] Aí vamos à reunião. E o Velloso, muito satisfeito, dizendo: “Olha, houve uma negociação com o Executivo, etc. e tal, e nós vamos... Nós temos aqui um projeto de lei, o projeto está pronto, acertado, negociado, para enviar para o Executivo, então quero submeter ao colegiado”. Daí fala um, concorda e tal, aí um deles, eu não vou falar em nomes, aí um deles diz: “Não. O Supremo não é um sindicato.

Nós não podemos fazer isso. Isto é um absurdo. Nós já decidimos o plano de equivalência. Não tem nada que fazer abono, e coisa, não é sindicato, e tal” [imitando com deboche]. E se opôs, esse personagem se opôs ao envio do projeto. E virou os outros. E aí a maioria rejeitou a proposta do Velloso. Rejeitou a proposta do Velloso, estava feita a confusão (JOBIM, 2012b: 38).

Esta experiência de falta de consenso, talvez tenha sido o que levou Jobim a sempre buscar diálogos individuais, como ele mesmo relata- “N.J. – Vamos deixar bem claro o seguinte, ó. Que tudo isso que eu fiz, essas mudanças, números e tal, tudo era conversado antes. Eu não fazia... Eu não surpreendia ninguém. Eu fazia maioria” (JOBIM, 2012b: 55). No mesmo sentido:

N.J. – [...] Aí é o seguinte, ó. Quando você tem um assunto difícil, você não pode fazer plenário, você tem que fazer as conversas individuais. Então eu fazia visitas, conversas individuais com os juízes e ia obtendo a solidariedade, de tribunal a tribunal. Só depois que eu tive uma maioria de concordância é que eu juntei todo mundo, que a reunião estava já juntada, no sentido de aprovar (JOBIM, 2012).

Essa busca do consenso de Jobim é destacada como fundamental para a Reforma do Judiciário, consubstanciada através da Emenda Constitucional nº 45/04. Isto porque a Reforma foi analisada por quatro diferentes frentes- a frente legislativa, a frente judiciária, a frente executiva e a frente da demanda social- e a falta de consenso e consciência entre elas frustraria a proposta (FALCÃO, 2005: 6-17). Por isso, a articulação de Jobim, principalmente, entre as três primeiras frentes foi fundamental para a Reforma. Assim como aponta Almeida:

meu argumento é que a obtenção de consensos mínimos para a aprovação da Reforma do Judiciário, no período entre 2003 e 2004, após 13 anos de tramitação da Proposta de Emenda Constitucional n. 96/1992 no Congresso Nacional, deveu-se à articulação, pela liderança executiva da Reforma, de grupos de elites jurídicas associados a trajetórias e posições bastante consolidadas no campo jurídico, em torno de uma agenda reformista que acabou por fortalecer as posições do pólo dominante do campo da administração da justiça estatal (2014: 92)

A seguir, destacaremos os trechos em que Jobim relata sua atuação durante a Reforma. Interessante observar que, além de evidenciar o mesmo padrão de prática que indicamos anteriormente, os relatos parecem corroborar o argumento dos autores citados acima, conforme depreendemos do trecho a seguir:

N.J. – [...] Em seguida, após, ainda na Presidência do Supremo e já em andamento a reforma constitucional, da qual eu ia lá para o Senado debater os temas... Súmula vinculante e tal... Eu ia conversar com o Lula, conversava com Mercadante, discutia com o Márcio, que era contra tudo aquilo, etc., fiz negociações políticas com eles [...] Então, com isso, se aprovou a reforma, a reforma... E aí consegui um grande entendimento entre o PFL, na época, e o PT. Por quê? Porque eu tinha negociado, como ministro, tinha participado da discussão... ministro da... não como presidente mas como ministro do Supremo, nas discussões, na Câmara. [...]

N.J. – [...] Na reforma do Judiciário, eu trabalhei na Câmara. Muito, muito mesmo, conversando com deus e todo mundo e fazendo jantar em casa. Aí, que te falo de jantar instrumental. Porque chamava o sujeito para jantar, explicava, não sei o quê, fazia reunião, ia na casa de um, outro, aí eu, às vezes, eu pedia para um colega antigo fazer um jantar na casa dele, para me convidar, para eu explicar para os outros, os mais novos, que eu não tinha relações ainda, e tal. Aí eu trabalhei muito nessa... Quando eu estava ainda na... não era o presidente. Quando eu assumi a Presidência, o texto já estava no Senado (JOBIM, 2012c: 52).

No entanto, a atuação de Jobim nesse episódio, vai além das negociações com os outros poderes. Houve, na verdade, um empenho legislativo do ministro Jobim para que a Reforma fosse aprovada. Assim, ele se reuniu com parlamentares para propor alterações estruturais nos projetos de emenda constitucional, o que ele denominou como “trabalho legislativo da PEC”:

N.J. – [...] Qual era o modelo para a emenda constitucional? A emenda constitucional era aprovada em dois turnos na Câmara, vinha para o Senado. Se fosse modificada no Senado, voltava para a Câmara como um novo projeto. Não era, não era... a Câmara não era a casa revisora, que é o modelo da lei ordinária.

C.J. – É. Era um reinício.

N.J. – Começava tudo de novo. Aí eu digo: “Bom, assim não vai dar.” Aí era secretário-geral da mesa... Aí era a minha história de parlamentar... O Dr. Carrero, que hoje está no TCU. Aí eu vou conversar com o Carrero. Disse: “Carrero, eu vim conversar contigo”. [...] Aí demonstrei a autonomia e disse: “Olha, eu proponho então isso que nós... Separamos o projeto. O substitutivo que é aprovado não retorna à Câmara. E o substitutivo que é aprovado retorna à Câmara.” Aí, aqui dentro estavam os três temas fundamentais: súmula vinculante, repercussão geral e o CNJ. [...] Isto foi o trabalho legislativo de PEC (JOBIM, 2012b: 47).

O mesmo esforço político se repete quando Jobim narra as negociações para definir a composição do CNJ, indicando novamente para o padrão de práticas que antecipamos.

N.J. – [...] Aí acontece que, da parte política, todos concordavam; da parte jurídica, ninguém, os juízes tinham horror àquele negócio. Então, eu é que tive que negociar as nomeações. E que foi uma vantagem, porque eu chamei... tentei botar as associações para indicar alguém, que a gente pudesse... ser sabatinado pelo Senado e tal... [...] Mas aí negocie muito com o Senado e com a Câmara, para acertar as votações. Inclusive, um indicado, eu tive que intervir no Senado, porque o cara tinha sido rejeitado, e aí eu consegui descobrir um jeito de anular a eleição, porque o PT tinha se enganado, o Mercadante tinha se enganado, aí votamos tudo de novo, aprovamos o nome do sujeito (JOBIM, 2012b: 48).

O que podemos observar até aqui e que será fundamental para nossas considerações finais, é a predominância das práticas políticas durante o relato de Jobim sobre sua passagem pelo STF. Não quase nenhuma menção a atividade jurisdicional do STF, um voto seu que fora decisivo e fixou jurisprudência, por exemplo, o que seria valorizado para um jurista. Quando a atividade jurisdicional aparece são, em sua maioria, exemplos para que destacar a importância das negociações que ele liderou para um desfecho positivo do problema. Tanto é que quando é perguntado sobre os casos que lhe foram marcantes, não aponta nenhum, como vemos no trecho a seguir:

C.J. – Além desses casos [casos que envolveram negociações], quais outros casos o senhor considera relevantes nesse período que o senhor esteve no STF?

N.J. – Relevante no sentido de... Transações?

C.J. – É. No sentido que o senhor achar relevante.

N.J. – Teve um curioso. Curioso. Foi o seguinte.

C.J. – Casos que te marcaram.

N.J. – Não. Me marcar, não marca nada. [expressão facial de indiferença] (JOBIM, 2012c: 50).

Prosseguindo para o outro objetivo que nos propomos neste tópico, destacaremos a seguir trechos em que é possível extrair a opinião de Jobim sobre questões pertinentes ao nosso artigo. Os primeiros trechos nos ajudarão na conclusão das práticas destacadas nesse tópico, pois trazem uma análise de Jobim sobre a importância de práticas políticas neste campo. Já os últimos trechos trazem uma tipologia que o entrevistado propõe em uma conversa com Moreira Alves, na qual analisa o comportamento dos ministros no STF, de acordo com suas biografias.

Assim, de início destacamos um trecho em que Jobim é perguntado sobre a importância das negociações com outros poderes.

C.J. – O senhor acha que é preciso que o Supremo tenha alguém que faça essa negociação com os outros poderes?

N.J. – Tem. É necessário. É necessário. Tem que ter. E tu não tem outro jeito. Porque tu vê o que aconteceu depois de tudo isso. Não houve mais nenhum aumento. Porque se decidia... O Tribunal se reunia e decidia: “Vamos ter um aumento de cinco e meio por cento.” Aí mandava o projeto, sem conversar com ninguém. Só que o Legislativo não tem obrigação nenhuma de aprovar aquilo. Tu não viu umas liminares que estão sendo concedidas aí pelo Fux? Bobagem. Concede a liminar, para que seja examinada. Examine e depois não vota, não aprova, e pronto. Quer dizer, cria condições de não aprovar (JOBIM, 2012c: 48).

O que podemos depreender desta passagem é que, além de valorizar aquelas práticas que ele próprio fazia, Jobim considera necessário que haja negociação no sentido de buscar a aprovação das propostas do STF. Isto nos faz concluir pela importância do capital político necessário para um ministro do STF, já que há a necessidade dessa “frente legislativa”, termo que ele próprio utilizada em outro momento da entrevista para distinguir sua administração no STF das outras (JOBIM, 2012c: 60).

Dando sequência ao trecho destacado acima, Jobim é perguntado sobre a questão da “contaminação” da política no STF. Sua resposta demonstra que as suas práticas estavam longe de ser consideradas como práticas típicas do STF, encontrando resistência de diversos ministros.

C.J. – O senhor acha que isso tem a ver com o fato de que o Supremo, ele considera a política algo impuro?

N.J. – Muito.

C.J. – Assim: não quero me misturar.

N.J. – Não posso, não posso, está errado. Tanto é que eles achavam esse tipo de coisa que eu fazia, ah! Tinha uns que achavam que era absurdo, que não podia estar conversando. Eu não dava bola. Mas que esse tipo de negociação era uma coisa... como é que era? Era uma coisa imprópria. “Não, porque...” Entendeu? (JOBIM, 2012c: 48)

Ainda, Jobim relata que a competência para essa prática, ou a falta dela, está diretamente relacionada à origem do ministro:

N.J. – [...] E aí então você observava claramente a diferença entre um sujeito que tivesse origem da carreira da magistratura daquele que era fora da carreira. O da carreira da magistratura tinha uma imensa dificuldade de diálogo. [...] O fato é o seguinte, é que os juízes, os ministros que tinham a origem... em regra, não, não... digamos, a tendência era o isolamento. Por quê? Porque eles passaram a vida inteira aprendendo de que a decisão era um ato solitário (JOBIM, 2012b: 34).

É interessante observar ainda, como que estas origens ainda são capazes de definir o próprio padrão de decisão de cada ministro.

N.J. – [...] [o ministro que tem suas origens na magistratura diz] “Decidi de acordo com a minha consciência”, é outro modelo, mas é a mesma coisa. O que é que significa isso analiticamente? Analiticamente, significa o seguinte: ele tem compromisso com a premissa, e não tem compromisso com a consequência. [...] Porque a responsabilidade pela consequência da decisão não era do juiz, era da lei. [...] E era muito comum, quando você começava a debater o caso, os juízes de carreira, alguns deles, que eram mais... aspas, mais... não vou chamar primitivos mas, mais... mais radicais nessa coisa, diziam assim: “Não, não, não, mas eu já votei; meu voto é esse” [agitando as mãos, indicando intransigência]. Entendeste? Como se fosse... o tribunal fosse uma soma de votos isolados (JOBIM, 2012c: 34-35).

Até mesmo na atividade jurisdicional dos ministros, Jobim consegue identificar a diferença que as práticas relativas ao campo de origem dos ministros se manifestam, apesar de não pretender generalizar. Assim, segundo ele, o padrão de práticas de um juiz e carreira faz com que ele não se preocupe com as consequências de suas decisões. Já os ministros de origens políticas, como ele descreve, ao se afastar de outro ministro: “N.J. – [...] A minha divergência maior com ele era que ele não tinha nenhum posicionamento sobre as consequências do que ele estava decidindo” (JOBIM, 2012c: 20).

Assim, o que podemos concluir até o momento, é que Jobim busca justificar a importância das práticas políticas dentre os ministros do STF, práticas essas que são predominantes durante o relato de sua passagem pelo STF. Além disso, relata que através dessas práticas é possível identificar as origens dos ministros, inclusive, quando realiza atividade jurisdicional, propriamente dita.

Guardamos para o final, a tipologia proposta por Jobim. Esta tipologia nos é importante, pois traz, ainda que em termos distintos, muitas questões que trabalhamos ao longo deste artigo. Assim, ele descreve:

N.J. – Bem, o Moreira Alves morava lá, fui visitar o Moreira e disse ao Moreira que eu tinha feito... Queria arriscar com ele uma tipologia, uma tipologia da seguinte forma. Que todos nós tínhamos ido para o Supremo porque tínhamos relações com o Presidente da República, que indicou. As relações poderiam ser diretas ou indiretas. Diretas quando tinha uma relação pessoal e indiretas quando você tinha alguém no meio que fazia a relação. [...] Então você tinha relações decorrentes da biografia que você tinha Eu dizendo isso para o Moreira. Então você tem dois tipos genéricos. Um, que não é um tipo, é um conjunto único: todos têm relações. Agora vamos dividir em dois subconjuntos. O conjunto daqueles que só tinham relações e daqueles que as relações nasceram da sua biografia, ou seja, tinham biografia. E aí isso determinava uma conduta no plenário (JOBIM, 2012c: 21-22).

Nossa interpretação da tipologia de Jobim, trazendo-a para o nosso trabalho, é a seguinte: a rede de relações nada mais é do que o capital político necessário para a indicação—por isso, é um conjunto único, já que todos dependem de indicação presidencial e aprovação do Senado Federal; a biografia consiste em capital, seja jurídico ou político, suficiente para que seja reconhecido pelos pares e capaz de distinguir o indivíduo dos estratos inferiores das elites. Apesar das relações, que compõe o capital político, serem necessárias e suficientes para a indicação ao STF, o ato de indicação não é suficiente para a reconversão e valorização desse capital. Desta forma, a saída para a esta falta de distinção do indicado que não ostenta capital simbólico suficiente é adquiri-lo através do próprio STF. Por isso mesmo, Jobim prossegue na descrição desta tipologia:

C.J. – Que tipo de conduta? [conduta determinada pela tipologia, explicada no trecho destacado acima]

N.J. – A conduta era o seguinte. Era de que aqueles que não tinham biografia precisavam do plenário para fazer a biografia.

C.J. – E isso significava, na prática, o quê?

N.J. – Ah! Eles faziam... Era tudo, digamos, tudo era uma espécie de cena. Se faziam sustentações, faziam-se poses... Depois que entrou a TV Justiça, mais ainda. Mas, antes, se fazia sempre umas coisas... [move os braços mostrando poses em discurso] A gente percebia que era a necessidade que tinha de mostrar-se. Era difícil você... Por exemplo, tu identifica claramente, na seguinte forma. Vota um sujeito. N vezes, eu dizia o seguinte: “De acordo. Muito bom!” O que está sem biografia não diz “De acordo”. Ele vai fazer uma conversa comprida, mesmo que esteja de acordo. Ele está de acordo, mas... Ele quer contar a história, quer fazer o registro. Ele está pensando no seguinte, olha. Ele está pensando de que quando for publicado o acórdão vai estar lá o voto dele (JOBIM, 2012c: 22).

Essa distinção e reconhecimento pelos pares é exatamente aquilo que Almeida (2010) buscou analisar, como já apresentamos. Assim, o autor aponta diversos elementos biográficos capazes de caracterizar o campo político da justiça, como a formação escolar, título de pós-graduação, experiência em carreiras públicas. O que o autor não considerou foi exatamente

essa possibilidade de “fazer a biografia” após a indicação ao STF. O que queremos dizer é que, apesar de a indicação ao STF já indicar o pertencimento ao campo político da justiça para o argumento de Almeida (2010), Jobim faz uma ressalva sobre o risco de aquele indicado não ser dotado de capital social suficiente para que seja reconhecido como membro daquele grupo e, ainda, sobre possibilidade de fazê-lo através da atuação no próprio campo.

Considerações finais:

Para concluirmos este artigo, é importante que retomemos os passos iniciais desta pesquisa. O primeiro passo foi o projeto de pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”, realizado através de uma parceria entre a FGV Direito Rio, FGV Direito SP. O objetivo deste projeto foi a construção de um biografia institucional do STF, sendo certo que esta se consubstancia numa espécie de biografia coletiva daqueles que o integraram e integram nesse período, através de uma história oral temática (JOBIM; FONTAINHA, 2015: 9).

A partir daí, o objeto começou a ser delimitado com a escolha pelo tema Direito e Política. Dentre os diversos desdobramentos que este tema apresenta, optamos por um estudo sobre as elites, que permita a análise das relações entre as elites jurídicas e políticas. Para isso, realizamos um estudo de caso que teve como fonte a entrevista de Nelson Jobim à pesquisa.

Desta forma, começamos a elaborar o problema de pesquisa desse artigo, que consiste nas seguintes perguntas: na entrevista de Jobim, quais são os momentos em que as práticas do Direito se confundem com o campo da Política, e vice-versa, e o que isso nos permite concluir sobre o seu posicionamento entre as elites jurídicas e política? Assim, assumimos como hipótese que o uso de práticas jurídicas no campo político e de práticas políticas no campo político é capaz de justificar a posição de prestígio de Jobim entre ambas as elites.

Com a análise dos trechos selecionados e por meio das conclusões parciais apresentadas em cada capítulo é possível extrair o argumento central de nosso artigo: de acordo com a narrativa de Jobim, o seu posicionamento na elite política e na elite jurídica não é suficientemente explicado pelo capital específico de cada campo; somente o conjunto desses capitais o é.

Por exemplo, a tradição da família na política e o prestígio na região de Santa Maria não foram suficientes para explicar seu posicionamento dentre a elite política, que resultou no convite para se lançar como candidato a deputado federal; a importância de seu capital

“político-associativo”, decorrente de sua atuação na OAB, também não foi. Apenas se compreendermos estes capitais em conjunto é possível entender sua posição.

A mesma lógica se aplica aos demais capítulos. Sua trajetória parlamentar e seu posicionamento dentre os políticos só pode ser compreendido, quando analisamos a importância que as práticas jurídicas tiveram, sobretudo no início de sua carreira. O convite para o Ministério da Justiça, cargo ocupado tradicionalmente por juristas, não foi realizado somente por seu capital jurídico ou político, tampouco a indicação para o STF. A predominância de práticas políticas durante sua passagem no STF, bem como as análises e tipologias apresentadas em sua narrativa, nos permitem concluir o mesmo, já que são as práticas políticas que explicam sua distinção dentre os ministros que compuseram e compõe a corte.

Apesar de consistir em uma particularização, a proposta de um estudo de caso deve ser sempre a de uma generalização analítica. Assim, a reflexão que propomos como a partir das conclusões desse artigo é: se Jobim se destaca entre essas elites, por meio de performances que circulam entre o Direito e a Política, é porque a conjuntura das instituições o permite e valoriza essas práticas. A relativização da fronteira entre esses dois campos distintos que observamos em sua narrativa, nos fazem considerar ainda, a existência de um campo distinto, formado pela interseção entre o Direito e a Política, com práticas e capital próprios- o campo dos **juristas-políticos**.

Por isso, o que deixamos como desfecho é a possibilidade de uma análise comparativa das demais narrativas produtos da pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”, para que se confirmem ou refutem as hipóteses aqui levantadas. A identificação de padrões de semelhanças e diferenças às conclusões aqui propostas enriquecerá o debate e nos farão compreender melhor as instituições jurídicas e políticas.

Referências Bibliográficas:

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas. 2004.

ARGUELHES, Diego Werneck . Editorial: O Supremo na Política. *A construção da supremacia judicial no Brasil*. Revista de Direito Administrativo, v. 250, p. 5-12, 2009.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. *Indicações Presidenciais para o Supremo Tribunal Federal e seus Fins Políticos: Uma resposta a Prado e Turner*. Revista de Direito Administrativo, v. 255, p. .115-.143, 2011.

_____. *A indicação política importa nas decisões do STF?*. Conjuntura Economica (Rio de Janeiro), v. 68, p. 48, 2014.

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da Justiça no Brasil*. Tese de doutorado em ciência política defendida na USP em 17/09/10.

_____. *As elites da Justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira*. Revista de Sociologia e Política (Online), v. 22, p. 77-95, 2014.

BARROSO, L. R. . *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009. v. 1. 480p

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: UNB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *O Poder Simbólico*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 8. Ed. Campinas: Papirus, 2007b.

CARVALHO, J.M. 2007. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras*. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ENGELMANN, Fabiano, Colóquio Interdisciplinar Elites, História e Método. *Estudando e definindo elites judiciais*. 2011.

FALCÃO, Joaquim. *Estratégia para a Reforma do Judiciário*. In RENAULT, Sergio Rabello Tamm; BOTTINI, Pierpaolo. *Reforma do Judiciário*. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERRAZ DE ALMEIDA, Fábio ; DA SILVA JÚNIOR, Alexandre Neves. *Suprema Corte Americana: estado da arte*. Revista de Direito Brasileira, v. 4, p. 445-456, 2013.

FONTAINHA, Fernando de Castro . *Todos eles juízes: um monopólio baseado na eficácia simbólica*. Revista Sociologia Jurídica, v. 8, p. 1-20, 2009.

GRILL, I. G. . *As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, redes e partidos*. Sociedade em Debate (UCPEL). Pelotas/RS. V. 10, N.2, P. 159-197, 2004.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo e outros. *Centros Integrados da Cidadania: desenho e implantação da política pública (2003-2005)*. São Paulo: IBCCRIM, 2006.

JOBIM, Nelson Azevedo. 1ª sessão da entrevista ao projeto de pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”. Rio de Janeiro: mimeo. 2012a.

_____. 2ª sessão de entrevista ao projeto de pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”. Rio de Janeiro: mimeo. 2012b.

_____. 3ª sessão de entrevista ao projeto de pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”. Rio de Janeiro: mimeo. 2012c.

JOBIM, Nelson Azevedo; FONTAINHA, Fernando de Castro. *Prefácio à entrevista do ministro Rafael Mayer* In: FONTAINHA, Fernando de Castro (Org.) ; QUEIROZ, Rafael

Mafei Rabelo (Org.) ; SATO, Leonardo Seiichi Sasada (Org.) . *História Oral do Supremo. Volume 1: Rafael Mayer*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2015.

KOERNER, A. . *Judiciário e Cidadania na Constituição da República Brasileira*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LINS e SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1997.

MATTOS, M. A. V. L. *Os cruzados da ordem jurídica. A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964*. Tese de Doutorado em História Social, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

MOSCA, Gaetano. *Elementi di Scienza Politica*. 1ª ed. Roma. Turim. Bocca. 1896

MILLS, C. Wright. *The Power Elite*, Nova York, Oxford University Press, 1956.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. *Supremo Tribunal Federal: do autoritarismo a democracia*. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012.

PARETO, Vilfredo. *Trattato di sociologia Generale*. Firenze: G. Barbera, 1923

POUPART, Jean. *A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas* In POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Trad: Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

PRADO, Mariana; TÜRNER, Cláudia. *A democracia e seu impacto nas nomeações das agências reguladoras e ministros do STF*. Revista de Direito administrativo, n. 250, p. 27-74, jan./abr. 2010.

SADEK, Maria Tereza; DANTAS, Humberto. *Os bacharéis em direito na reforma do Judiciário: técnicos ou curiosos?*. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2, pp. 101-11, 2001

SATO, Leonardo Seiichi Sasada Sato, FRATTINI, Luciana. *Roteiro de preparação para entrevista do Ministro Nelson Jobim para o projeto de pesquisa “História Oral do Supremo [1988-2013]”*. Rio de Janeiro: mimeo. 2012.

VIANNA, L. J. W., CARVALHO, Maria Alice Rezende de, MELO, Manuel Palacios Cunha, BURGOS, Marcelo Baumann . *A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

YIN, Robert K. *Estudo de caso – planejamento e métodos*. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.